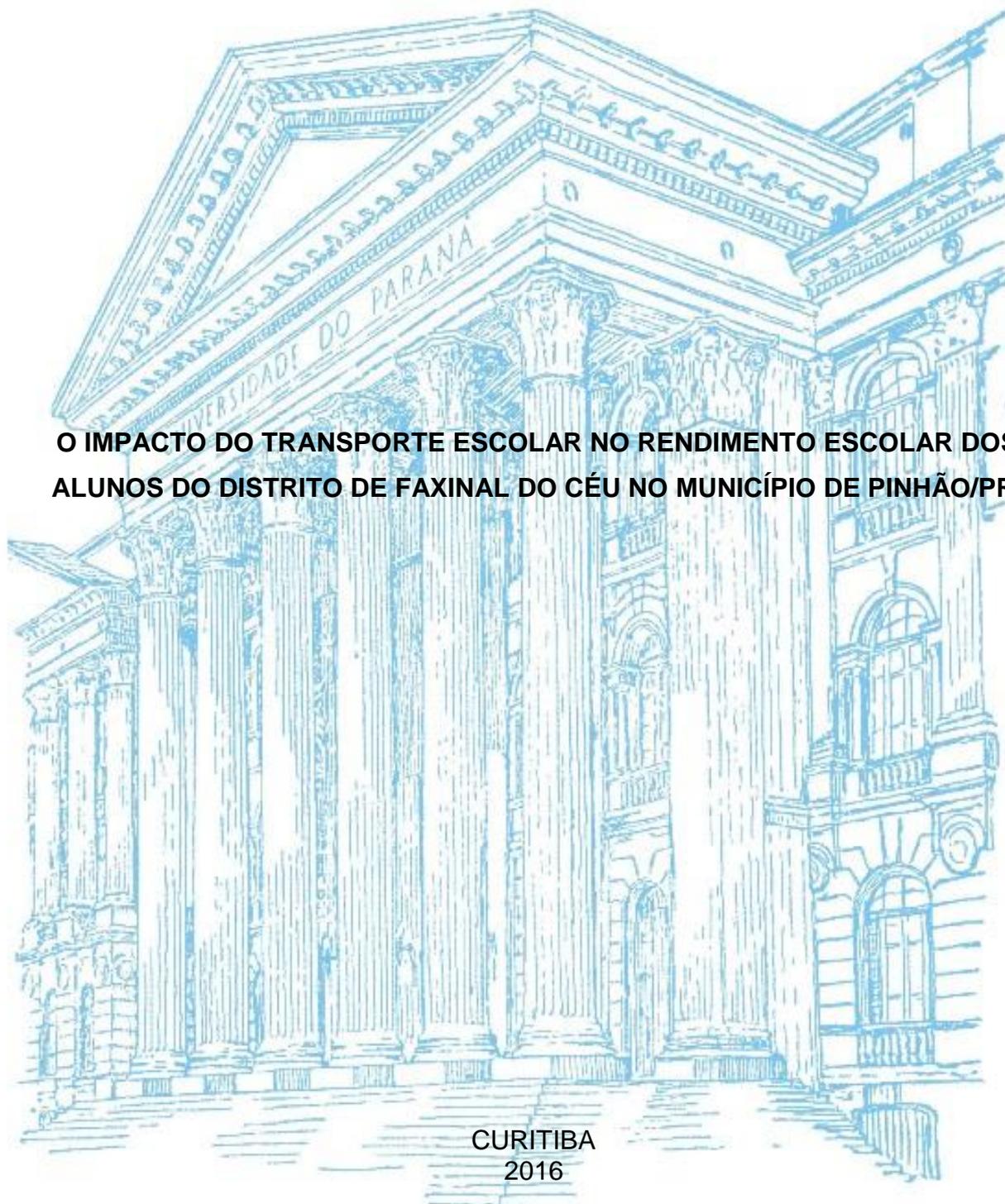


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ZAQUEU RIBEIRO

**O IMPACTO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO RENDIMENTO ESCOLAR DOS
ALUNOS DO DISTRITO DE FAXINAL DO CÉU NO MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR**



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

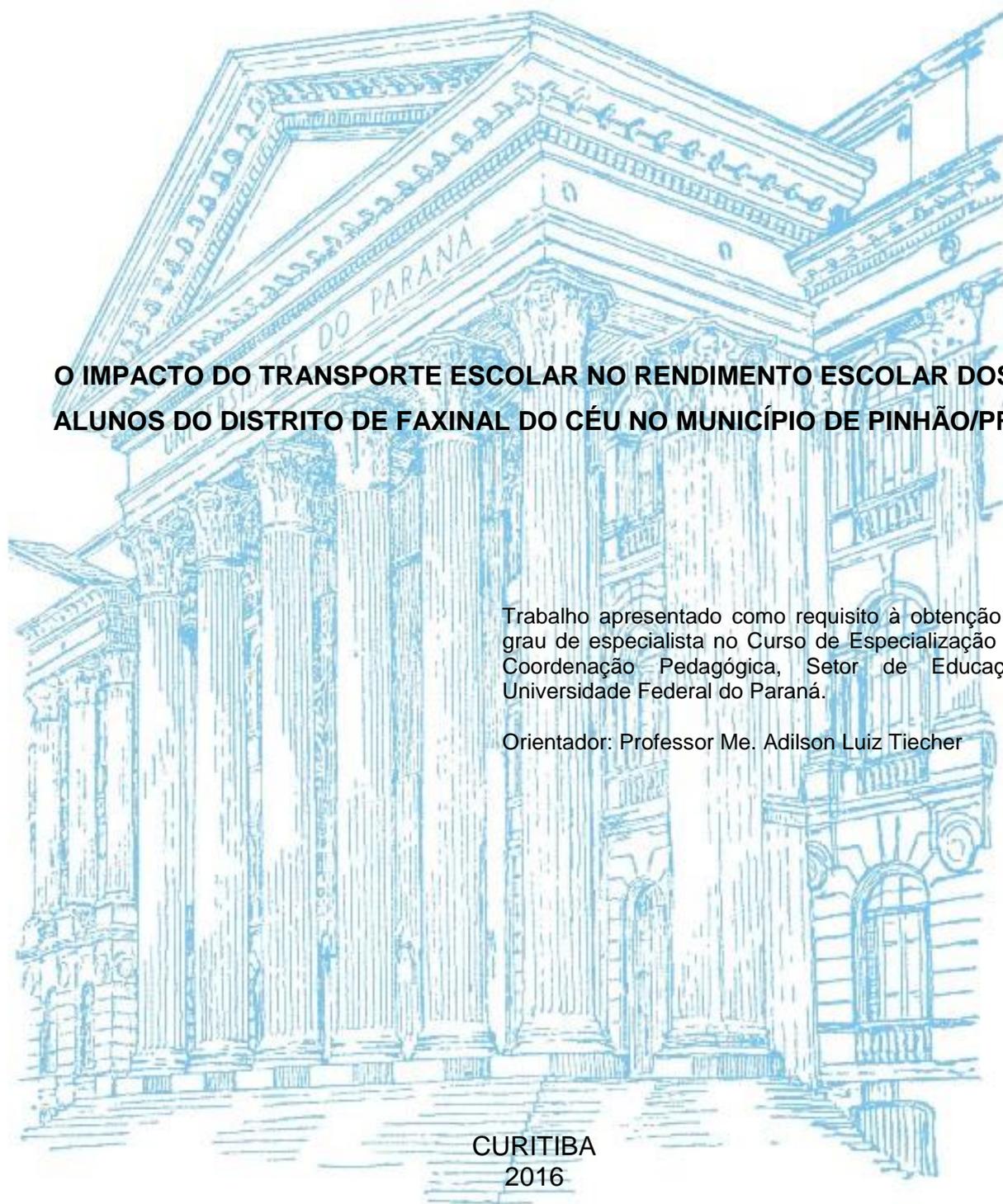
ZAQUEU RIBEIRO

**O IMPACTO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO RENDIMENTO ESCOLAR DOS
ALUNOS DO DISTRITO DE FAXINAL DO CÉU NO MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Me. Adilson Luiz Tiecher

CURITIBA
2016



O impacto do transporte escolar no rendimento escolar dos alunos do distrito de Faxinal do Céu no município de Pinhão/Pr

Zaqueu Ribeiro*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar a realidade vivida pelos alunos do Distrito de Faxinal do Céu, Município de Pinhão/Pr. Como encaminhamento metodológico, fez-se um levantamento bibliográfico acerca da temática e um estudo de caso, com a aplicação de um questionário para 62 alunos do Colégio Estadual do Campo Júlio Moreira e entrevistados a direção, dois professores, dois funcionários responsável pelo setor de transporte escolar e dois motoristas que transportam os alunos do Colégio. Ao término desta pesquisa, destacam-se que todos os dias, alunos advindos das comunidades mais distantes das escolas enfrentam ainda muitas dificuldades para chegar até seu local de estudo. Apesar de inúmeras melhorias, ainda há um problema importante a ser solucionado: o grande número de alunos que utilizam o transporte escolar possuem número elevado de faltas, não concluem o ano letivo, são retidos na série atual ou aprovados por Conselho de Classe. Ao perder muitas aulas, conseqüentemente, o rendimento/aprendizagem diminui e o acesso ao conhecimento é restringido. O aluno está matriculado, possui o acesso, mas não a permanência, a aprendizagem e a promoção.

Palavras-chave: Transporte escolar. Acesso. Aprendizagem. Aprovação e reprovação. Faxinal do Céu.

1 INTRODUÇÃO

O transporte escolar já viveu dias piores. É preciso reconhecer os avanços obtidos nos últimos anos. A melhoria dos veículos e o aumento das linhas de transporte escolar são conquistas importantes, porém não é suficiente garantir somente a implantação de linhas. O aluno tem o direito à frequência às aulas e esse direito deve ser garantido pelo poder público.

* Artigo produzido pelo aluno Zaqueu Ribeiro, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Me. Adilson Luiz Tiecher. E-mail: zakrib@gmail.com

Nesse sentido, o presente estudo pretende demonstrar o impacto que o transporte escolar possui na vida dos estudantes do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira, do interior do Município de Pinhão/Pr, mais especificamente no Distrito de Faxinal do Céu, assim como destacar que esse serviço público, essencial para as populações do campo e que não está cumprindo efetivamente seu papel: permitir o acesso e permanência à educação, não havendo distinção entre população urbana e do campo.

Como encaminhamento metodológico, fez-se um levantamento bibliográfico e um estudo de caso, com a aplicação de questionários e entrevistas. O questionário (ANEXO 1) foi aplicado para 62 alunos do Ensino Fundamental do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira, composto por questões semiaberta, sendo seis objetivas e uma descritiva. As sete entrevistas foram realizadas junto à direção, dois professores da Sala de Apoio a Aprendizagem (SAA), dois funcionários responsável pelo setor de transporte escolar e dois motoristas que transportam os alunos do Colégio. Para essas entrevistas foram utilizadas algumas questões norteadoras (ANEXOS 2, 3 e 4). O levantamento de dados, informações e demais documentos relacionados ao transporte escolar, para deste estudo, foram disponibilizados pela secretaria do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira e pela Secretaria Municipal de Educação, Setor do Transporte Escolar, do Município de Pinhão/Pr.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR

O Município de Pinhão possui vasta extensão territorial. Após a nuclearização das escolas multisseriadas, fez-se necessário o investimento no transporte escolar. Mensalmente, a malha viária do transporte escolar percorre mais de 10.000 km, levando diariamente mais de 4.600 alunos¹.

Diante da vasta extensão da malha viária do transporte escolar, para além de outras questões e fatores, foi necessário terceirizar o serviço, principalmente nas linhas de estradas rurais.

¹ Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Pinhão/Pr.

A TABELA 1 demonstra a participação da União, Estado e Município nos gastos com o transporte escolar no Município de Pinhão/Pr, como um todo, no ano de 2015²:

TABELA 1 – GASTOS COM O TRANSPORTE ESCOLAR, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS (2015)

UNIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO
R\$ 355.016,16	R\$ 736.323,12	R\$ 4.461.929,33

Fonte: SIGEP (2015)

As diferenças são brutais. Quem mais cobra, menos participa. O Município transporta os alunos do Estado, assim como os universitários. E não recebe quase nada por isso. É um dos entraves políticos muito sérios que afeta a gestão pública: assumir um serviço pelo qual não obtém as verbas necessárias.

A demanda por mais veículos não acompanhou a mesma demanda por estradas de qualidade. As estradas de terra em um ambiente de relevo acidentado ocasionam um número elevado de faltas dos alunos moradores nas comunidades mais distantes.

O inverno do Município possui períodos de muitas chuvas. Os dois ingredientes, chuva e frio, contracenam com a falta do transporte na comunidade devido à precariedade das estradas e à falta dos alunos na escola. A consequência direta aponta muitos casos de reprovação, desistência ou aprovação por conselho de classe.

Assim, a garantia dos 200 dias letivos a todos os alunos não é uma realidade. Observando prioritariamente uma Escola Municipal e um Colégio Estadual, onde estudam 333 alunos, chega-se a números preocupantes. Dados das avaliações externas apontam que houve queda no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No último ano de 2015, a reprovação foi recorde, superando a marca dos 30%. A maioria dos alunos reprovados utiliza o transporte escolar.

² Dados obtidos no Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET), através do responsável pelo Setor de Transporte Escolar do Município de Pinhão/Pr.

3 A REALIDADE DO TRANSPORTE ESCOLAR NO DISTRITO DE FAXINAL DO CÉU, MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR

Este estudo aborda a realidade dos alunos do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira³, mas vivências parecidas são experienciadas todos os dias nos demais Estabelecimentos de Ensino do Distrito de Faxinal do Céu, no Município de Pinhão/Pr.

O Distrito de Faxinal do Céu possui uma creche, quatro escolas municipais e três colégios estaduais. Todas possuem realidades semelhantes: são nuclearizadas, recebem alunos das comunidades do entorno, distantes, que justificam a presença do transporte escolar, sem o qual se tornaria impossível o acesso e permanência à educação.

O relevo dificulta ainda mais o acesso, especialmente nos dias de chuva. Os pais entregam seus filhos na esperança de que seu traslado ocorra sem incidentes, mas a segurança não é observada seriamente no interior dos veículos.

Para Pereira,

Entre as medidas de segurança exigidas no transporte escolar estão a presença de cintos de segurança em número igual à lotação do veículo, a existência de tacógrafo e a realização de inspeções semestrais para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, além das vistorias normais exigidas pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para qualquer veículo. E, claro, o número de crianças transportadas não pode ser maior do que o número de assentos. (PEREIRA, 2015, p. 2).

A partir das impressões apontadas pelos alunos, notam-se algumas práticas que contrariam essas orientações. Em primeiro lugar, o uso do cinto de segurança. Nos ônibus, nenhum aluno utiliza este equipamento de segurança. Na maioria dos bancos, o cinto nem é disponível. Nas peruas, o cinto só é utilizado pelo aluno que vai na frente, ao lado da porta. Os demais viajam sem nenhuma proteção.

Ainda segundo os alunos, há mais alunos do que a capacidade do veículo. Uma Kombi pode levar no máximo nove alunos. Mas viajam, normalmente, 16 alunos, espremidos entre si.

A fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Transporte Escolar, tem sido mais enfática no ano de 2016. Segundo um dos

³ A direção do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira autorizou a publicação do nome do Estabelecimento de Ensino no presente trabalho.

responsáveis pelo Setor do Transporte Escolar, “os motoristas são obrigados a assinar o ponto e se não faz a linha, completa ou parcialmente, a quilometragem é descontada e ele não recebe pelo serviço que não prestou”. (Responsável B). Reclamações são constantes, tanto de pais, quanto de alunos. Mas a superlotação, apesar de pontual, continua acontecendo. Não se pode jogar a responsabilidade apenas nos motoristas terceirizados. Com estradas sofríveis em alguns períodos do ano, a manutenção sofre aumento e não compensa financeiramente adicionar um veículo e motorista para transportar quatro ou cinco alunos. O Município, como demonstrado, já possui gastos excessivos e está no limite de suas possibilidades. A Constituição Cidadã de 1988 aponta a obrigação do Município com relação ao transporte escolar. Em seu Art. 208, inciso VII, o texto é claro: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (BRASIL, 1988, p. 122). Como não pode simplesmente fechar as portas e deixar os alunos do Ensino Médio e Superior à mercê de sua própria sorte, o Município agrega um gasto exorbitante e mantém o transporte funcionando a pleno vapor, apesar dos revezes.

Foi constatada a presença de alunos menores de seis anos, que necessitaria da cadeirinha. Esses alunos são da Educação Infantil da Escola Municipal. Normalmente, essas crianças vão no colo de um irmão ou de um colega. Em nenhum veículo foi encontrada a disponibilidade de cadeirinha. A esse respeito, Pereira (2015) argumenta que:

Entre as medidas de segurança exigidas no transporte escolar estão a presença de cintos de segurança em número igual à lotação do veículo, a existência de tacógrafo e a realização de inspeções semestrais para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, além das vistorias normais exigidas pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para qualquer veículo. E, claro, o número de crianças transportadas não pode ser maior do que o número de assentos. (PEREIRA, 2015, p. 2).

O risco de acidentes é muito grande. As estradas esburacadas não oferecem uma experiência rotineira de direção. O motorista precisa ficar muito atento a todas as irregularidades da pista, aplicando uma velocidade por vezes superior à recomendada para a situação, expondo assim os alunos a riscos eminentes. Em um trecho específico, há uma curva em meio à um grande aclive, sem muretas de

proteção. Os riscos são visíveis nos dois sentidos, tanto na subida quanto na descida⁴.

Por outro lado, nos últimos dez anos (de 2006 a 2015) não foram relatados acidentes graves. O transporte deixa de acontecer por causas menores, como, por exemplo, por avarias mecânicas. Segundo o relato dos alunos, já houve aluno caindo porque a porta da Kombi abriu sozinha, outros alunos já foram inúmeras vezes a pé porque o veículo teve uma pane e não foi possível resolver. A Kombi derrapou em um dia de chuva e por pouco não caiu em uma barroca. Já houve princípio de incêndio no compartimento do motor, que foi controlado. As estradas, lamacentas, impedem a passagem dos veículos. O horário não foi cumprido, chegando antes ou depois do previsto e os alunos voltaram para casa.

Também foi constatado que não há veículos reservados para atender aos imprevistos acima citados. Em várias ocasiões o motorista fez uso do seu carro particular para levar os alunos das comunidades mais distantes.

Quando um dos problemas acima ocorre, e isso acontece constantemente, o aluno é sempre o mais prejudicado. Não há reposição de aulas, muito menos, de conteúdos. Raramente o aluno recebe as atividades trabalhadas nas aulas em que ele perdeu. Quando muito, empresta o caderno de um colega para copiar os conteúdos que perdeu.

A esse respeito, uma professora⁵ do 6º Ano relata que “não há como esses alunos acompanharem os outros. Parece que eles perderam o interesse”. (Professora A). Não é de se estranhar que sejam desinteressados, pois estão dois ou três anos na mesma série, são mais velhos, a escola não fornece nada de diferente para incentivá-los, o percurso da casa até a escola é longo e cansativo, o transporte é desconfortável, precisam sair de casa antes e chegar depois que os demais e, além de tudo, não recebem atenção diferenciada. A aprendizagem, então, não vai ser igual aos alunos que moram perto da escola, ferindo o que prevê o Art. 206 da Constituição Cidadã: "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988, p. 121).

Diante disso, não há como o aluno receber a mesma qualidade de ensino, se ele não está na escola. A igualdade de condições baseia-se apenas na

⁴ O trecho em questão foi vistoriado pela Equipe Pedagógica e Direção do Colégio Estadual do Campo Júlio Moreira, em visitas às famílias de alunos que deixaram de frequentar as aulas.

⁵ A professora entrevistada é a mesma da Sala de Apoio à Aprendizagem.

disponibilidade do transporte e, como já foi demonstrado, a sua qualidade melhorou muito, porém, está aquém de seu principal objetivo, qual seja: aproximar o aluno do interior à escola; dar ao aluno do campo o mesmo direito que o aluno da cidade tem à educação; que um aluno não seja diferente do outro só porque possui dificuldade de acesso. A prática mais comum, adotada por todas as escolas pesquisadas, é a de abonar as faltas, caso o aluno venha a reprovar por esse motivo.

No entanto, se ele reprova também por nota, nada é feito e o aluno continua no próximo ano enfrentando os mesmos problemas. Um aluno do 6º Ano repete a mesma série pela terceira vez⁶. Suas notas no primeiro bimestre de 2016 apontam que ele não está tendo nenhum avanço, ou seja, a possibilidade de nova reprovação é muito grande. O mesmo caso se repete em todas as séries/anos. Os pais parecem já ter se acostumado com essa realidade. Uma outra aluna, já com 17 anos, parou de estudar porque não suportava enfrentar todos os dias uma subida de 1800 metros. Por vezes, esperava no ponto um transporte que não chagava. Desistiu da escola, apoiada pela mãe.

A justificativa, tanto da Secretaria Municipal de Educação quanto dos motoristas é a estrada. Essa mesma bandeira é amplamente ouvida durante as campanhas políticas. Infelizmente para as populações do campo, se chove, há lama e o transporte não faz a linha. O tempo melhora um pouco e o transporte faz a linha, mas oferecendo desconforto aos alunos através dos solavancos. Se faz sol, a poeira incomoda, adentrando o veículo. Se as janelas são fechadas, os alunos ficam sufocados. Se os dias estão muito frios (durante o inverno da região, os meses de maio a julho são os mais críticos), as janelas são fechadas e as doenças viróticas como a gripe, tornam-se comuns devido à falta de ventilação.

Esses problemas, conjugados, levam diretamente ao fracasso do aluno. Não se fala somente na reprovação altíssima entre os alunos que utilizam o transporte, mas também de menor oferta de conteúdo, menor participação nas aulas, baixa participação nas atividades extracurriculares que acontecem em contraturno ou finais de semana e, a causa mais dramática mostra que o aluno aprende menos.

⁶ Dados obtidos do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), disponibilizado pela Secretaria do Colégio.

4 O IMPACTO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS

O Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira possui atualmente 333 alunos. Utilizam o transporte escolar diariamente 273 alunos, ou seja, 81% do alunado dependem, em maior ou menor escala, de um veículo público para acessar a escola.

Em questionário semiaberto aplicado para 62 alunos do período da tarde do Colégio, de 6º a 9º anos, que utilizam o transporte escolar, a questão “você já reprovou” foi respondida positivamente por 34 alunos, ou seja, 54% dos alunos já perderam um ou mais anos de sua vida estudantil.

Dos alunos que já reprovaram, questionados sobre a influência do transporte escolar em sua reprovação, 15 alunos responderam positivamente a essa afirmação e 19 responderam que não, o transporte não influenciou em seus resultados. A visão do aluno é limitada pela sua própria vivência camponesa: joga em seus ombros o peso dos seus fracassos. Obviamente, há alunos entrevistados que moram de um a três quilômetros do colégio, e poderiam, nos dias de falta do transporte, tranquilamente deslocar-se até a escola a pé, mas não o fazem pela cultura já arraigada: se o transporte não vai, não é preciso estudar. Arnt e Silva afirmam que:

Se compararmos a disponibilidade de acesso da população estudantil camponesa e a urbana aos centros de ensino veremos que os educandos da cidade têm maior acessibilidade, pois estão mais próximos da instituição, contam com estradas melhores e transportes em melhor condição de trafegar. Desta forma a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é diferente. (ARNT e SILVA, 1998, p. 3).

A Coordenação Pedagógica, juntamente com a direção e os professores, fez a entrega de boletins nas comunidades. Essa ação promoveu a aproximação dos pais com a escola. Os professores puderam conhecer a realidade e o número de boletins entregues que foi maior do que comumente vinha acontecendo, apenas no colégio. Mas essa ação não resolveu de todo o problema. Não é sempre que a escola consegue fazer esse trabalho. É preciso contar com um grande número de professores para deslocar-se até as comunidades. O transporte escolar, nesse dia, fica à disposição dos docentes, cada um fazendo o caminho inverso das linhas. As comunidades de Santa Maria, Lajeado Feio, Santa Emília, Ribeiros e Serra da

Cabra, foram visitadas. A ação foi muito elogiada pelos pais e acontece ao menos uma vez por ano.

Faz-se necessário envolver a família, chamá-la em sua responsabilidade educadora. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 2016 (LDB), a Lei n. 9.394/96, preconiza que a educação é “dever da família e do Estado, [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando.” (BRASIL, 1996 Art. 2º, p. 7).

Conhecendo a realidade dos alunos, as ações docentes sofreram alterações. Os Planos de Trabalho Docentes (PTD) deixaram de ser meros documentos burocráticos e passaram a conter elementos importantes presentes nas vivências dos alunos. Mas tornar a educação plena, infelizmente, nesse contexto, torna-se uma tarefa difícil, tanto para a família, quanto para o Estado. A solução nesse caso seria pavimentar as estradas. Pela realidade política e econômica, sabe-se que essa ação não ocorrerá tão cedo.

5 APROVAÇÃO X REPROVAÇÃO: IMPACTO MAIOR NOS 6º E 7º ANOS

O resultado final do colégio, no ano de 2015, apresentou dados preocupantes. Das três turmas de 6º Anos, as turmas com maior número de alunos advindos do interior obtiveram respectivamente 37 e 46% de reprovação⁷. O que chamou a atenção é que todos os alunos reprovados, das duas turmas, utilizavam o transporte escolar. Esse número impressiona, mas retrata a realidade. Claramente, os alunos que moram perto da escola possuem melhores oportunidades de promoção. Perante a Constituição Cidadã de 1988 e a LDB de 1996, as oportunidades deveriam ser iguais, mas as dificuldades de acesso impactam diretamente no resultado final desses alunos, acarretando atrasos na vida acadêmica dos jovens cidadãos.

Tanto aos alunos reprovados quanto aos alunos que apresentam dificuldades nos conteúdos básicos, é oferecida a Sala de Apoio à Aprendizagem. Esse programa, no colégio pesquisado, é disponibilizado para alunos do 6º e 7º Ano. Um entrave é que nem todos os alunos conseguem chegar até o colégio para as aulas porque não há como utilizar o transporte em contraturno.

Questionado, um dos responsáveis pelo transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação afirmou que “o município arca com a maioria dos custos do transporte escolar e não há como acrescentar mais linhas para levar três ou quatro

⁷ Dados fornecidos pela Secretaria do Colégio, a partir dos dados oficiais do SERE.

alunos”. (Responsável A). Os custos operacionais, portanto, definem os destinos dos alunos. Sem poder ir à escola, ou reprovam ou desistem dos estudos, já que não conseguem acompanhar a turma regular.

A direção do colégio concorda que o problema é muito sério.

Os alunos podem frequentar a sala de apoio para superar suas dificuldades. O colégio oferece almoço e dois professores estão à disposição, um de Língua Portuguesa e outro de Matemática. Os alunos não têm transporte disponível nos dois períodos em algumas linhas e por isso não podem frequentar. Outros alunos não se interessam e desistem da sala de apoio. Os pais não acompanham certinho os estudos dos filhos e os problemas vão se acumulando. (Diretor do Colégio).

As professoras da Sala de Apoio à Aprendizagem fazem importantes observações quanto ao progresso dos alunos.

Na sala de apoio as atividades são diferenciadas. Não são uma sequência do conteúdo trabalhado em sala mas sim atividades de base, que ajudam o aluno a entender melhor as demais matérias, não apenas em Português e Matemática, mas em todas as áreas. Os alunos jogam, resolvem problemas, recebem desafios de leitura, interpretação e produção de textos, mas sempre com atividades mais atrativas e com materiais diferentes da sala normal. (Professora A).

Questionadas sobre o transporte escolar, as docentes lembram da sua importância e problemas. Uma delas destaca que “nos dias de chuva os alunos não vêm para a escola porque o transporte não faz a linha”. (Professora B). Essa constatação é a mesma da direção da escola e corroborada por fatores que extrapolam a boa vontade da escola ou do transporte.

Um caso de reprovação ocorreu com uma aluna do 6º Ano que mora em local de difícil acesso. O motorista do transporte escolar é enfático, dizendo que “em dias de chuva, se descer não sobe”. (Motorista A). Essa estrada em particular não é cascalhada e possui aclives acentuados. Uma mesma aluna, no ano de 2016, ficou três semanas sem frequência. O motorista explica que “a chuvarada derrubou a ponte. A aluna não podia passar o rio”. (Motorista A). A aluna não frequenta a sala de apoio e possui dificuldades para acompanhar os estudos.

A reprovação, infelizmente, é um fato corriqueiro, aceito pela comunidade. No entanto, parece um castigo a mais para uma população já calejada com tantos desafios diários. A expectativa de terminar de completar os estudos na idade correta torna-se realidade para poucos.

Diante da realidade, o que se pode fazer?

Freitas e Batezzatti (2011) apontam:

Estas rupturas no processo de ensino e aprendizagem prejudicam o desenvolvimento das atividades de ensino, pois o processo de ensino e aprendizagem requer ações contínuas para que haja absorção significativa dos conteúdos aplicados pelos docentes. Assim sendo, ao faltar continuamente às aulas os alunos podem esquecer os conteúdos trabalhados em aulas passadas, nesse caso, é preciso que os professores facilitem o aprendizado por meio de retrospectivas sobre os temas tratados em aulas anteriores. Para tanto é necessário o desenvolvimento de atividades dinâmicas, que possibilitem certa inovação no tradicional processo de ensino nas escolas do campo, para haja um bom aproveitamento das aulas. (FREITAS; BATEZZATTI, 2011, p. 6).

A despeito de alguma mudança e da visualização de uma rotina de estudos diferente, a escola continua igual e continuará, até que alguma ação seja pensada para atender igualmente o público do campo. Ações pontuais, como acréscimo de uma ou outra linha (porque há uma reivindicação dos pais) não resolve o problema, que é de todos, de interesse público, e o poder público, no cumprimento do seu dever, deve olhar com maior zelo, carinho e o mais importante, ter preocupação com a aprendizagem do educando.

Este aluno que utiliza o transporte escolar, ao estar diariamente no ponto, não tem apenas o desejo de ver o veículo do transporte aproximar-se, visualiza seu futuro, seus sonhos. A falta do transporte é uma ruptura em sua vida, ceifando possibilidades e incluindo alunos com potencial acadêmico nas frias estatísticas, ano após ano, que demonstram não a falta de conhecimentos ou dificuldades de aprendizagem, mas sim, a dificuldade de acesso, antes do saber, à escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo demonstraram que o transporte escolar é um serviço essencial para a população do interior do Município de Pinhão/Pr, especialmente para os que residem no Distrito de Faxinal do Céu, onde estudam mais de 1.500 alunos, com idades de cinco a 18 anos. Os dados obtidos apontam uma preocupante taxa de reprovação que precisa ser combatida com a melhoria de estradas e fiscalização séria do serviço prestado e com mudança metodológica das escolas.

Uma das principais limitações desta pesquisa é que ela não abarcou todos os problemas inicialmente levantados. A pouca disponibilidade de tempo destinado ao trabalho foi um dos fatores que mais interferiram, assim como a grande extensão do problema. As informações sobre este importante serviço público precisam estar à disposição da comunidade.

Para estudos futuros sugere-se a aplicação de provas de conhecimentos aos alunos que utilizam o transporte escolar. Os resultados poderão ser comparados aos dos alunos que não utilizam o transporte. A conclusão, de acordo com os dados levantados, aponta na direção de maior apropriação de conhecimentos por parte dos alunos que não utilizam o transporte escolar. Dessa maneira, as escolas poderão estudar novas possibilidades de trabalho docente, não tornando as atividades mais fáceis, porém, atendendo com responsabilidade e carinho uma parcela da população que merece um pouco mais de zelo.

Por outro lado, também se observou a grande importância do transporte para as populações do interior. Sem esse serviço essencial, não seria possível o traslado de muitos alunos, que possuem melhores oportunidades estudando nas escolas nuclearizadas. Como todo sistema possui falhas, o transporte escolar está crivado de problemas, alguns sérios, outros possíveis de solução, mas que demandam estudos e pessoal técnico responsável acompanhando constantemente o sistema, independente dos líderes políticos que atuam no município.

Sendo um serviço essencial, o sistema de transporte escolar necessita ser muito bem gerenciado para garantir ao aluno o direito ao acesso à educação com qualidade. A formação de professores, a melhoria salarial, bons equipamentos para a escola e outros tantos benefícios podem ser subutilizados, com resultados insatisfatórios. Os alunos do interior precisam chegar até a escola. Além disso, constatou-se que esse serviço melhorou ao longo do tempo, mas que precisa ainda ser aperfeiçoado para atender plenamente as suas demandas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adrienne Paula Vieira de. et al. **Transporte Escolar Rural: um estudo estratégico sobre a influência dos indicadores de qualidade no desempenho da educação no ensino fundamental no RN**. ANPAD, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB327.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

ARNT, Ana de Medeiros; SILVA, Ester Silmão Lopes. **O acesso às escolas do campo e o transporte escolar**. UNEMAT, MT, 2008. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/ester.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <file:///C:/Users/Zaqueu/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FEIJÓ, Patrícia Collat Bento. **Transporte escolar: a obrigação do Poder Público Municipal no Desenvolvimento do Programa: aspectos judiciais relevantes**. Boletim Jurídico n° 1332, 2007. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1713>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PEREIRA, Patrícia. A encruzilhada do transporte. **Revista Escola Pública**, n. 47. Outubro/novembro de 2015. Disponível em: <<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/33/a-encruzilhada-do-transporte-290787-1.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário aplicado aos alunos do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira.

1. Qual o tipo de transporte escolar que você utiliza?
 Kombi ônibus
2. Você já perdeu aulas por causa do transporte escolar?
 Sim Não
3. Se a resposta 2 foi sim, houve reposição de conteúdos ou aulas?
 Sim Não
4. Você já reprovou?
 Sim Não
5. Se a resposta da questão 4 foi sim, você julga que as faltas do transporte escolar colaboraram com sua reprovação?
 Sim Não
6. Você pode utilizar o transporte para aulas em contra turno?
 Sim Não
7. Já ocorreu algum acidente com o transporte escolar?

ANEXO 2: Questões norteadoras que foram utilizadas para entrevistar os professores da Sala de Apoio e à Direção do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira.

1. Os alunos da Sala de Apoio à Aprendizagem utilizam o transporte escolar?
2. É possível apontar o motivo das faltas dos alunos do transporte escolar?
3. Em sua opinião, o número de faltas do transporte escolar interfere na aprendizagem dos alunos?
4. Como são as atividades dos alunos da sala de apoio?
5. Em sua experiência, os alunos do transporte escolar que possuem defasagem de idade/série aprendem com a mesma facilidade que os demais alunos?

ANEXO 3: Questões norteadoras que foram utilizadas para entrevistar os motoristas que transportam os alunos do Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira.

1. Quais os principais problemas enfrentados pelo transporte escolar?
2. Os veículos utilizados são adequados para a realidade das estradas?
3. Os veículos transportam o número indicado de alunos?
4. Há cinto de segurança para todos os alunos?
5. As estradas possuem manutenção regular?

ANEXO 4: Questões norteadoras que foram utilizadas para entrevistar os responsáveis pelo setor do transporte escolar do Município de Pinhão/PR.

1. Qual a quilometragem do transporte escolar do município?
2. Quem se responsabiliza com os custos do transporte escolar do município?
3. Como o Transporte Escolar é gerenciado?
4. Há fiscalização sobre o serviço prestado pelo Transporte Escolar?
5. Quais as maiores dificuldades percebidas com o transporte escolar do Município?